

A moratória é inevitável. Opinião do economista.

Mas, para Antônio Kandir, ela não terá conseqüências tão danosas se for declarada temporariamente, para que o País tenha tempo para renegociar a dívida.

A suspensão de pagamentos da dívida externa é inevitável. O País não terá fôlego para continuar por muito mais tempo refinanciando seus débitos com os banqueiros internacionais. Por isso, o governo brasileiro seria mais responsável se suspendesse temporariamente o pagamento da dívida externa — enquanto ainda se tem algum poder de barganha, para fazer então uma ampla renegociação do perfil da dívida.

A opinião é do economista Antônio Kandir, atualmente membro da equipe de análise de conjuntura do Cebap que, para evitar outra interminável discussão semântica sobre o assunto, avisa que o que está propondo é suspensão temporária de pagamentos da dívida pelo País para depois renegociar, e não refinanciar como vem ocorrendo atualmente.

E a declaração de moratória é, para ele, indispensável à negociação para não se continuar mantendo em estado de constante insegurança os agentes econômicos (os movimentos especulativos, boatos de nova maxidesvalorização, etc). Não fazer a declaração de moratória é, ainda, “retardar o movimento de conscientização e de tomada de decisão para restaurar a economia. Mais que isso: hoje está claro que as metas prometidas pelas autoridades econômicas ao FMI são, praticamente, impossíveis de serem cumpridas. Porém, a continuar essa política de refinanciamento da dívida, o governo precisará tentar adotar medidas para atingir essas metas. Os resultados estão aí: hoje (ontem) o governo já acena com um novo pacote econômico para tentar atingir as metas estipuladas pelo FMI”, diz Kandir.

As soluções apontadas pelas autoridades econômicas, pelo FMI e pelos banqueiros internacionais “são todas míopes; não podem ser consideradas responsáveis. Na verdade, o FMI sempre esteve estruturado para avaliar ou recuperar crises conjunturais. Mas a que estamos atravessando é estrutural. O que estamos propondo não é a simples suspensão de pagamentos. Mas o pagamento responsável que exige uma revisão geral no perfil da dívida”, diz o economista.

Kandir explica que uma renegociação dentro dos moldes que está propondo permitiria um alívio temporário na administração de nossas contas externas e por conseguinte um maior raio de manobra da política econômica, para iniciar um processo de alterações estruturais, bem como manter o processo de desenvolvimento da produtividade interna, “condições essenciais para aproveitar da melhor maneira uma possível recuperação da economia internacional dentro de três ou cinco anos”.

— Fazer a renegociação significa desviar de um inevitável “atoleiro cambial”, que terá como resultados uma forte deterioração da estrutura produtiva brasileira, uma expansão brutal do desemprego, um forte achatamento da renda dos assalariados e a inevitabilidade de soluções que signifiquem fortes concessões, inclusive patrimoniais, junto à comunidade internacional — explica o economista.

Mas os argumentos contrários a esse tipo de renegociação não são poucos. Muitos negam, por exemplo, a importância de uma real renegociação da dívida, dizendo que o Brasil já vem há algum tempo renegociando, ou seja, tomando novos empréstimos para saldar dívidas passadas e negociando as novas condições em termos de prazo ou até de custo. “Porém, cabe ressaltar que a proposta de renegociação ampla e explícita da dívida não pode ser confundida com o refinanciamento, utilizado fartamente entre credores e devedores. A realização de um conjunto de refinanciamentos não chega, necessariamente, ao mesmo resultado de uma renegociação, como estou propondo. Da maneira como vem sendo feito o refinanciamento da dívida, o nosso poder de barga-

nha junto aos credores é mínimo, o que tem resultado na contratação de novos empréstimos em condições bastante desfavoráveis.

Mas existem outras argumentações contrárias à proposta de Kandir. A de que os banqueiros internacionais não aceitariam renegociar, e por isso o País poderia ficar privado de novos recursos, além de não poder importar produtos imprescindíveis como o petróleo. Kandir refuta essas afirmações:

— É óbvio que todo banqueiro, como qualquer negociante que se preze, irá protelar ao máximo esta proposição, pois na situação atual seus lucros são maiores, e, numa negociação virtual no futuro, ele eleva seu poder de barganha, demonstrando desinteresse pela proposta de renegociação. Outros procuram inviabilizar a idéia de renegociação afirmando que, caso ela fosse realizada, o País sofreria asfixia cambial, pois seria interrompido o fluxo de novos empréstimos e seriam criadas fortes dificuldades para a manutenção de nossas exportações. Esta argumentação peca por desconsiderar o peso que a economia brasileira tem no cenário econômico internacional. Quer pelo valor de sua dívida, quer pelas dimensões de seu mercado, é difícil imaginar que se possa concretizar um “complô” contra a economia brasileira. Esta poderia resultar num forte abalo no sistema financeiro internacional, tanto pelos seus efeitos diretos como indiretos (dificuldades criadas para nossos principais credores). Além disso, existem os interesses de uma série de fornecedores de bens para o Brasil, os quais procurariam influir ao máximo para manter a capacidade brasileira de importar. mostra o economista.

Para o principal produto de importação — o petróleo —, Kandir acredita que também não haveria problemas para comprá-lo, principalmente porque hoje “estamos na pior fase do comércio do petróleo: a demanda é fraca e o mercado é vendedor. Não seria difícil montar um esquema com países exportadores como o México e a Venezuela, por exemplo”. A argumentação de que se o Brasil suspendesse os pagamentos da dívida temporariamente, ficaria taxado, internacionalmente, de mal comprador e por isso a comunidade internacional romperia com o País, não se justifica na atual crise. O rompimento hoje não gera, necessariamente, má imagem internacional. É algo responsável. “Será que atualmente não está compreendido o caráter da crise financeira internacional, de modo a se tornar legítima a suspensão de pagamento da dívida?”, pergunta Kandir, para em seguida refletir que “mesmo que ocorra algum tipo de rompimento com a comunidade internacional, os Estados Unidos com certeza correriam em socorro do País: politicamente o Brasil é muito importante”. É verdade que o nosso poder de barganha hoje é bem menor do que há três anos, “quando tínhamos reservas cambiais, mas ainda temos algum poder. Esperar mais é correr o risco de ficar sem nada”.

Contudo, Kandir mostra que a suspensão de pagamentos para posterior renegociação do perfil da dívida deveria ser acompanhada do reconhecimento de incompetência. Ou seja, se o FMI e os banqueiros internacionais estão conduzindo o refinanciamento de maneira irresponsável, “é preciso que internamente se mudem os ministros da área econômica. Isto porque, para conduzir uma nova renegociação, faltam às atuais autoridades econômicas legitimidade. E isto seria muito importante. Além disso, seria necessária a elaboração de um plano econômico de médio prazo, reestruturando a economia, com uma nova matriz energética, por exemplo, para mostrar que poderemos pagar a dívida em dez anos, fazendo tais a tais coisas. Essas propostas técnicas, na verdade, já existem, por isso é fácil elaborar o plano”, concluiu Kandir.